

ANO 6
Nº 22
MAIO
JUNHO
2009

Maranhão Industrial

Impresso
Especial

18061/2005-DR/MA
FIEMA-MA

CORREIOS

A FORÇA DO NORDESTE

Região precisa vencer o
isolamento para desenvolver

CLIMA

Enchentes reduzem produção agrícola

DESIGN

SENAI investe em moda com a cara do Brasil

ASSOCIATIVISMO

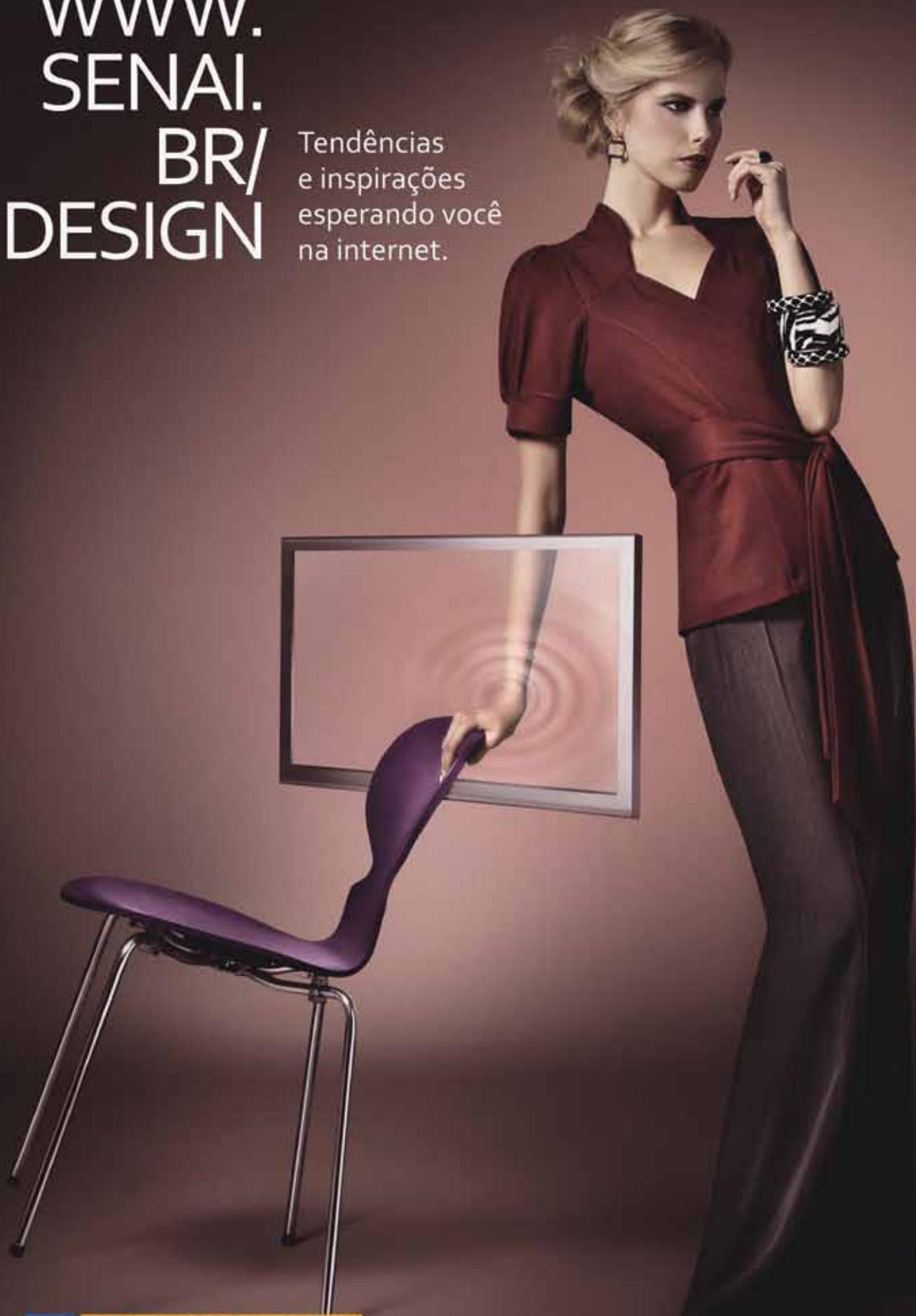
Programa da CNI visa fortalecer sindicatos

FIEMA
SESI
SENAI
IEL

Sistema
FIEMA

WWW.
SENAI.
BR/
DESIGN

Tendências
e inspirações
esperando você
na internet.



 **CNI SENAI**

SENAI, parceiro da indústria no design.

Portal SENAI Design.

Tendências em vestuário, mobiliário, calçados, couro e acessórios.

Vice-presidentes: Mário Machado Mendes, José de Ribamar Fernandes, João de Deus Pires Leal, José Antonio Buhatem, Francisco de Assis Barros Carvalho, Círiolo José Campêlo Arruda, Nelson José Nagem Frota, Benedito Bezerra Mendes, Marco Túlio Pinheiro Regadas, Joanas Alves da Silva, José Raimundo Nunes Sarmento, Francisco de Assis Miranda, Roberto Vasconcelos Alencar, José de Ribamar Barbosa Belo, Pedro Robson Holanda da Costa, José Augusto Batista, Antonio Carlos Lopes Ribeiro, João Alberto Teixeira Mota Filho, João Neto Franco, João Batista Rodrigues.

1.º Secretário: Leopoldo Debtz Moreira de Moraes Rêgo

2.º Secretário: Cláudio Donizete Azevedo

1.º Tesoureiro: José de Jesus Reis Ataíde

2.º Tesoureiro: José Orlando Soares Leite Filho

Conselho Fiscal: Eduardo de Souza Leão, Rachid Abdalla Neto e Nazareno de Andrade dos Santos

Suplentes do Conselho Fiscal: Edivan da Silva Amâncio, Carlos Augusto Fonseca Mendes e Jair Rosignoli

Delegados Representantes junto à CNI:

Efetivos: Edilson Baldez das Neves e Francisco de Sales Alencar

Suplente: Ricardo Pereira Barros.

Suplente da Diretoria: Antonio Alves Barbosa, Francisco das Chagas Oliveira, Geraldo Raimundo de Paula, Júlio Rodrigues dos Santos e Ana Rute Nunes Mendonça.

Presidentes dos sindicatos afiliados: Ana Ruth Nunes Mendonça, Alexandre Arhaide, Antônio Carlos Lopes Ribeiro, Antônio José Sousa Silva, Benedito Bezerra Mendes, Edvan da Silva Amâncio, Francisco de Assis Barros Carvalho, Francisco de Assis Miranda, Fabiano Churchill N. César, Geraldo Raimundo de Paula, Joanas Alves da Silva, João Alberto Teixeira Mota Filho, João de Deus Pires Leal Neto, João Neto Franco, José Raimundo Sarmento, José Antonio Buhatem, José de Ribamar Fernandes, José de Sousa Oliveira, Francisco das Chagas Sousa Nascimento, Francisco das Chagas Oliveira, Leopoldo Debtz Moreira de Moraes Rêgo, Luiz Fernando Coimbra Renner, Mário Machado Mendes, Nelson José Nagem Frota, Paulo Roberto Costa Nagem, Ricardo Pereira Barros e William José Nagem.

Maranhão Industrial

Revista da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão - FIEMA

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

Tel: (98) 3212.1816 / 3212.1897 - Fax: (98) 3212.1804

www.fiema.org.br - maranhaoindustrial@hotmail.com

Superintendente e Consultor Econômico: Marco Antonio Moura da Silva

Edição: Portal da Comunicação

Editora: Cíntia Machado

Reportagem: Cíntia Machado, Érika Rosa, Luís Fernando Baíma e Selma Figueiredo.

Fotografia: Edgar Rocha, Francisco Campos, Geraldo Furtado, Veruska Oliveira e Banco de Imagens.

Capa e Editoração: Prole Comunicação
contato@prolefilmes.com.br / (98) 8868.6069

Impressão: Halley Gráfica e Editora

CONTATO COMERCIAL:

(98) 3212-1897

Cartas para a redação:

Maranhão Industrial

Ao Editor

Av. Jerônimo de Albuquerque, S/N - Cohama

CEP 65.060-645 - São Luís-MA.

As opiniões contidas em artigos assinados são de responsabilidade de seus autores, não refletindo necessariamente o pensamento do Sistema Fiema.

AO LEITOR

Caro leitor,

Esta edição chega às suas mãos discutindo uma proposta de desenvolvimento para o Nordeste e como o Maranhão pode contribuir para que o país melhore os indicadores econômicos e sociais da região. A Federação das Indústrias traz encartada a versão executiva do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial (PDI 2020), recentemente atualizada, para que sirva de ferramenta a todos os atores, entes públicos e privados, que compartilham do mesmo objetivo.

No CD você conhece quais as potencialidades do estado, os eixos principais, a carteira de projetos e aqueles considerados prioritários, que vão da educação fundamental, passando pela reestruturação da administração pública até a organização e participação do empresariado local. Apenas a iniciativa da construção do PDI é da FIEMA, mas a execução e êxito das ações vão depender da contribuição de todos.

Em outra matéria a Maranhão Industrial fez as contas das perdas que a agricultura e a pecuária maranhenses terão depois do excesso de chuva que inundou várias regiões do estado. Somente a safra de grãos irá encolher 11%.

Conheça também uma iniciativa do Departamento Nacional do SENAI que está mudando o jeito de fazer design no país, com uma cara bem mais brasileira. O Maranhão já conta com ações voltadas para a moda, como desfiles e cursos técnicos e de graduação. Uma boa dica é conhecer o Portal SENAI Design e ficar por dentro das tendências que estão fazendo a cabeça dos nossos estilistas.

E, para você que é empresário do setor industrial, saiba como participar do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA) e profissionalize-se!

A editora



Design 16

SENAI aposta em moda com a cara do Brasil



Nordeste 20

Plano para desenvolver a região precisa vencer o isolamento



Clima 24

Enchentes reduzem produção de grãos em 11%



Associativismo 30

Programa da CNI visa sindicatos mais fortes e auto-sustentáveis

Maranhão Industrial

SEÇÕES

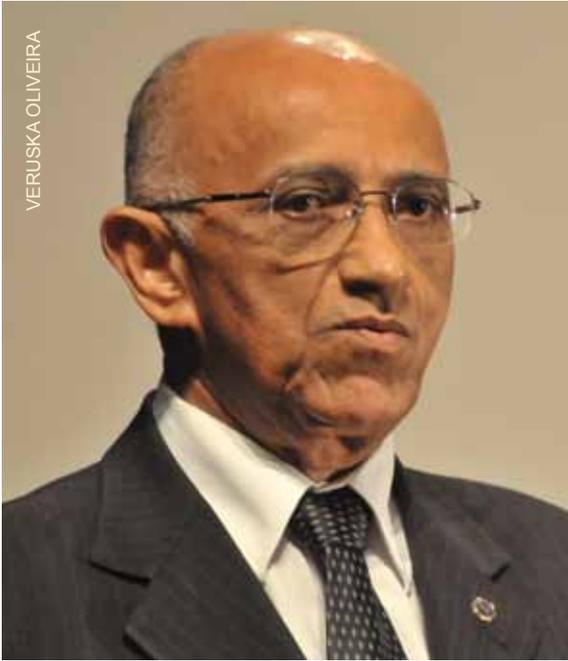
Palavra do presidente 5

Recortes 6

Entrevista 10

Cultura 34

São João movimentada com festança, trabalho e renda a capital maranhense



PALAVRA DO PRESIDENTE

Edilson Baldez das Neves*

Construindo um novo futuro

Assumi a presidência da Federação das Indústrias do Maranhão (FIEMA) no dia 19 de junho com o firme propósito de, em sintonia, com os sindicatos filiados e Confederação Nacional da Indústria (CNI), darmos início a uma longa caminhada voltada para o desenvolvimento do estado.

Hoje, o mundo vive uma crise profunda, com forte impacto no setor produtivo, especialmente na atividade industrial, cujos efeitos remetem a queda na produção, nas exportações e no emprego.

Mas, como bem disse o presidente Armando Monteiro, o pior já passou. Agora é olhar pra frente e trabalhar com visão de futuro para que o país volte a crescer de forma consistente e sustentável.

Nesse contexto, a FIEMA estará cada vez mais presente, dando sua contribuição nas discussões das grandes questões nacionais e principalmente no que diz respeito à

realidade do Maranhão, um estado pobre que necessita de investimentos para se desenvolver.

Nos próximos quatro anos, nosso lema será trabalho. Trabalhar ainda mais pelo Maranhão, pelo fortalecimento do setor industrial, um dos mais importantes segmentos econômicos do país.

Um trabalho que será desenvolvido de forma pró-ativa e sustentado nas parcerias que iremos firmar com as três esferas de governo (federal, estadual e municipal), demais entidades de classe, poder legislativo, enfim, com todos aqueles que, a exemplo da FIEMA, tenham compromisso com o Maranhão.

A hora é de se arregaçar as mangas, de darmos as mãos na construção de uma nova era de desenvolvimento para o nosso país e nosso estado. ■

**Presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão.*

MATURIDADE

O Programa SENAI de Ações Inclusivas, que promove a qualificação e a inserção de pessoas com necessidades especiais no mercado de trabalho, ganhou reforço para trabalhar também na criação de novas oportunidades para os idosos e pessoas em estado de envelhecimento. A requalificação por meio do Projeto SENAI para a Maturidade visa somar as experiências de anos de trabalho a novos conhecimentos e tecnologias. Esse casamento vai iniciar com os cursos de mecânica industrial, informática e eletrônica.

PIONEIRISMO

A dupla qualificação dos 48 formandos da primeira turma do Programa de Educação Articulada do SESI e do SENAI Maranhão, chamada de EBEP, garante maior índice de empregabilidade para jovens e adultos capacitados tanto em nível médio quando no ensino técnico. As opções na área profissionalizante foram de eletroeletrônica e de metalmecânica. O modelo de sucesso criado para a educação de jovens e adultos é, no mínimo, inspirador e reafirma o compromisso dessas instituições de permanecer na vanguarda educacional do país.

POSSE ▼

Planejamento estratégico industrial e qualificação da mão de obra são prioridades para o novo presidente da Federação das Indústrias do Maranhão, Edílson Baldez, que substituiu o

empresário Jorge Machado Mendes no dia 19 de junho. A posse cotou com a presença do ministro de Minas e Energia, Edison Lobão, que falou dos grandes investimentos previstos para o estado.



MENOS É MAIS I ▶

A elevada carga tributária e a burocracia, dois dos grandes problemas que se recente a iniciativa privada parecem que foram postos de lado pelo governo federal na parceria estabelecida com os estados e municípios para a construção de 1 milhão de novas habitações. A redução de impostos e maior celeridade na aprovação dos projetos podem representar a grande diferença para o setor da construção civil no Programa Minha Casa, Minha Vida.

MENOS É MAIS II

Com isso, a expectativa de especialistas do setor é que 2009 poderá ser o grande ano das construções populares. Ainda que os resultados do setor não possam ser comparados a patamares de 2007 e 2008, quando houve um boom, e mesmo com todos os efeitos nocivos da crise financeira internacional, o crescimento vai acontecer em relação ao período de 2002-2006, também considerado bom.



MERCADO

O Uniceuma lançou recentemente dois cursos de pós-graduação por meio do Instituto Brasileiro de Estudos Empresariais e Jurídicos do Maranhão (Ibej): MBA em Finanças e CBA em Gestão de Negócios. A Escola de Negócios do Uniceuma visa preparar profissionais para as mudanças no mercado de trabalho, recolocação e emprego.

PRESERVAÇÃO CULTURAL

A festa de São João promovida este ano pelo SESI/MA traduziu mais uma vez a valorização da instituição pelas manifestações culturais locais tanto em São Luís como em Bacabal, Imperatriz e Caxias. O compromisso em resgata-las e difundi-las estava nos aspectos da decoração, comidas típicas e na programação com apresentação de grupos de bumba-meu-boi, cacuriá e outras manifestações que traduzem o período junino.



PREÇO ▲

A Vale reduziu em 28,2% o preço de referência do minério de ferro fino e em 44,47% do granulado em comparação com o ano passado. Os novos preços de referência para 2009, em tonelada métrica seca (dmt), são US\$ 0,9651 por unidade de ferro para o minério de ferro fino do Sistema Sul e Sudeste (SSF), US\$ 1,0095 para o fino de Carajás (SFCJ) e US\$ 1,0962 para o granulado do Sistema Sul. O preço das pelotas foi reduzido em 48,3% em relação a 2008 e o novo preço de referência para 2009 em tonelada métrica seca (dmt) é de US\$ 1,1384 por unidade de ferro para pelotas de alto forno e US\$ 1,2523 para pelotas de redução direta.

REDUÇÃO

De acordo com dados do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (CAGED), do Ministério do Trabalho e Emprego (MTE), o nível de emprego foi reduzido em 2,13% este ano. Em janeiro, pior desempenho de 2009, a queda foi de 0,98%; em fevereiro, de 0,38%; em março, de 0,12%; em abril, de 0,27%, e de maio, último dado disponível, foi também de 0,38%. No país, o crescimento de postos de trabalho formais, aqueles com carteira assinada, tiveram leve aumento de 0,41% em relação a março. Os setores da agricultura, serviços e construção civil foram os que mais contribuíram para esse resultado.

SOLIDARIEDADE

A oferta de serviços de saúde, educação, lazer e cidadania a pessoas com pouco ou nenhum acesso à cobertura de instituições públicas foi o objetivo alcançado pela 16ª edição do Ação Global. Em São Luís, 30 mil pessoas receberam mais de 68 mil atendimentos com a ajuda de 90 empresas parceiras e mais de 2 mil voluntários de dentro e fora do Sistema Indústria. Quem esteve lá teve a oportunidade de participar de ações de inclusão digital, tomar vacinas e consultar com especialistas.

MAIS EMPRESAS

De 2003 a 2007, o número de empresas industriais no país (com cinco ou mais trabalhadores) cresceu de 139 mil para 164 mil e o contingente de trabalhadores passou de 5,9 milhões para 7,3 milhões de pessoas. Ramo de refino de petróleo e produção de álcool registra maiores salários e produtividade. Os dados foram divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e referem-se à estrutura industrial do país.

PAC I

Na avaliação de dois anos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), feita pelo governo federal, mesmo em tempos de crise as obras não foram paralisadas. Da previsão inicial de R\$ 503,9 bilhões até 2010 foram acrescentados mais R\$ 502,2 bilhões. A fatia prevista para o Maranhão foi de R\$ 54,7 bi, sendo R\$ 11,2 bilhões até 2010 e R\$ 43,5 depois. Em levantamento realizado em abril deste ano, o governo concluiu que, exceto as obras de habitação e saneamento, o número de empreendimentos concluídos saltou de 270, em dezembro de 2008, para 335. Isto corresponde a 15% do total e a investimentos de R\$ 62,9 bilhões. As ações com ritmo de execução adequado eram 79% (em valor) ou 77% (em quantidade). Sessenta e três por cento destas ações estão no estágio de obra e 23% em licitação, licenciamento ou projeto.

PAC II

Mas quando o assunto é saneamento, que ficou de fora da matemática do governo federal, a Ong Contas Abertas disse em relatório que somente 6,3% das 8.449 obras de saneamento foram concluídas até maio deste ano, embora representem mais da metade da quantidade total de empreendimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Um outro estudo por amostragem divulgado pelo Instituto Trata Brasil revela que em 83 municípios brasileiros com mais de 500 mil habitantes, 23% das obras de esgoto do PAC monitoradas pelo instituto não foram iniciadas e 40% estão atrasadas. Os dados do levantamento foram obtidos junto à Caixa Econômica Federal, ao BNDES e ao Senado Federal e correspondem ao período de fevereiro de 2007 até o fim de maio deste ano.

“Nosso destino é crescer”

Por Cíntia Machado

Interação entre o poder público e a iniciativa privada é, para o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (2009-2013), empresário Edílson Baldez das Neves, a chave para desenvolver economicamente o estado, seja na agricultura, na indústria ou no comércio. Para ele, que já presidiu o Sinduscon-MA, o Sindicato de Hotéis, Restaurantes, Bares e Similares e a Associação Brasileira de Hotéis (ABIH-MA), será necessário exercitar ações associativistas. “O nosso concorrente não está aqui. Está lá fora”, disse se referindo às empresas que em geral são beneficiadas com as obras de grandes projetos. Animado com as perspectivas de crescimento da construção civil ainda este ano, Baldez disse não ter dúvida de que 2009 pode ser ainda o ano das construções populares depois do lançamento do Programa Minha Casa Minha Vida pelo governo federal. No entanto, a falta de infraestrutura de saneamento poderá comprometer esse bom desempenho no futuro. Apesar de todas as dificuldades, para ele o ‘Maranhão é a bola da vez e só tem uma saída: crescer ou crescer’. Leia a seguir a íntegra da entrevista.





Revista Maranhão Industrial - O que motivou o senhor, que já esteve à frente de várias instituições empresariais do estado, a se candidatar à presidência da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão?

Edilson Baldez das Neves - Chegamos a uma chapa única de consenso para suceder o empresário Jorge Machado Mendes (eleito presidente da FIEMA por dois mandatos). Isso representou um amadurecimento da categoria. Somos tão poucos e pequenos, que descobrimos que juntos seríamos mais fortes. Houve uma consciência geral e todos decidiram em torno do meu nome para presidir a Federação. O que me motivou foi dar continuidade a uma luta de vários anos no sentido de tentar, principalmente, melhorar e ampliar o relacionamento entre o poder público e a iniciativa privada. Aqui no Maranhão, principalmente, há uma distância muito grande entre esses dois poderes. Isso ocorre especialmente nos estados menores. A nossa

proposta à frente da FIEMA visa o amadurecimento empresarial e político. Em todos os estados que já se desenvolveram tanto na indústria quanto no comércio é porque houve esse trabalho

“A nossa proposta à frente da FIEMA visa o amadurecimento empresarial e político”

conjunto, essa interação entre o poder público e o privado. O nosso papel principal é fomentar a indústria, orientar o industrial e defender os seus interesses. Mas defender no sentido de aprimorar um sistema associativo. Nós não temos tradição no associativismo, trabalhamos muito isoladamente. No momento em

que exercitamos isso, aumenta a nossa competitividade, a nossa capacidade de trabalho, já que podemos atuar em consórcios. Hoje parece que só concorremos com nós mesmos. O nosso concorrente não está aqui. Está lá fora. Nós temos que lutar é para virem coisas de fora e isso nós não temos feito. O poder público fica na defensiva e parece que a iniciativa privada é o inimigo. Queremos quebrar esse gelo. O público não vive sem o privado e nem o contrário. Há uma interdependência entre os dois.

MI - Na prática, como o senhor pensa que essas parcerias entre o público e o privado podem acontecer?

EBN - Já temos uma diagnóstico da situação industrial do estado, um cadastro industrial e um planejamento estratégico. Identificamos potenciais e precisamos descobrir agora como desenvolver essas potencialidades. Essa ferramenta está pronta, foi discutida com toda a sociedade e precisamos agora adensar as cadeias produtivas. Vamos tratar aqui desde a agricultura, passando pela industrialização até a comercialização em conjunto com as demais entidades. O governo do estado já conhece esse planejamento, que define o papel de cada um para desenvolver o Maranhão. Cada um vai fazer a sua parte.

MI - Então, pensar o desenvolvimento a médio e longo prazo, objetivo do planejamento

estratégico, será mantido?

EBN - Não tenha dúvida. Essa é uma ferramenta belíssima que contou com a participação de todo mundo, são poucos os estados que têm e não podemos desperdiçar. Um aspecto importante é que nós não somos executores. Ele só pode se implementado com a participação direta do poder público. Quando falamos que a Diretoria anterior arrumou a casa, isso significa 'arrumar' em termos de consenso e consciência, inclusive empresarial, dessa necessidade. Já começamos a chamar o poder público aqui para dentro. Até o final do mês, teremos um grande encontro empresarial e depois nos reuniremos por segmentos. Queremos transformar essas discussões em produtos por cada cadeia produtiva, que são os projetos finalísticos. O papel da FIEMA é fazer esse meio de campo, essa aproximação com os atores que possam desenvolver esse estado.

MI - O senhor ficará à frente da Federação até 2013, exatamente o período em que estão previstos grandes empreendimentos para o estado, como a Refinaria Premium I da Petrobras, siderúrgica e termelétrica. Como o senhor é a participação da Federação e do próprio Estado na condução das condições necessárias, nos prazos adequados, para que esses investimentos de

fato sejam instalados?

EBN - Em relação à refinaria já estamos negociando com o Estado e instalando workshops para saber de que maneira nós vamos formar essa mão de obra. Porque se isso não ocorrer, a mão

“O poder público fica na defensiva e parece que a iniciativa privada é o inimigo.”

de obra especializada virá de fora e aí teremos uma corrida de lá para cá e ficaremos de fora do projeto. Vamos também, ao tratar dos projetos técnicos, identificar onde as empresas maranhenses podem trabalhar. Se elas não estiverem preparadas, faremos isso. O que queremos

é que os recursos vindo para o estado possam, ao máximo, ser reinvestidos aqui mesmo e o empresariado fortalecido. Ainda somos muito pequenos não só em quantidade mas em tamanho das empresas porque nunca tivemos oportunidade de trabalhar em grandes projetos desse tipo. Na construção da Hidrelétrica de Estreito, não há empresas maranhenses trabalhando. Não chegamos na hora correta. Já sinalizamos para o governo do estado e para a Petrobras que queremos chegar na frente.

MI - Temos a experiência de outros grandes projetos industriais que não conseguiram verticalizar a cadeia produtiva. Há essa preocupação no caso da refinaria e demais projetos anunciados?

EBN - Isso já está previsto no planejamento estratégico. Já estamos fazendo em convênio com Alumar, Vale, governo do estado e Sebrae trabalho de adensamento da cadeia minero metalúrgica. Temos também da cadeia do agronegócio, que já está em andamento também. Não estamos preocupados só



com a construção da refinaria, mas com todos serviços que esse empreendimento vai demandar, que chamamos de empresas satélites. Estamos vendo o projeto como um todo.

MI - Nos últimos dois anos, o Maranhão experimentou avanços bastante significativos na indústria da construção civil. A crise financeira internacional desencadeada no final do ano passado nos atingiu e depois de algumas medidas do governo federal, como o Programa Minha Casa Minha Vida e redução de IPI, o senhor acredita que este ainda possa ser o ano das construções populares?

EBN - Não tenha nenhuma dúvida. Somente no município de São José de Ribamar (Região Metropolitana de São Luís) já soube que serão construídas de 10 a 20 mil casas. E como nosso déficit é muito grande, a hora é essa. O programa está aí e as empresas estão se habilitando e tratando da regularização de áreas. Mas o que e preocupa nesses projetos é a infraestrutura de saneamento, esgoto e captação de água. Hoje São Luís tem entre 70 a 90% de sua captação de água do Rio Itapecuru, onde temos apenas uma adutora. Temos que investir porque a nossa capacidade de captação de água subterrânea nossa é finita. Precisamos nas cidades maranhenses

de projetos viários. Em determinadas horas não se consegue trafegar na cidade. Porque não elaboramos logo um projeto viário para a Ilha de Luís? Estão comprando terreno e fazendo

“Vamos cuidar de água e esgoto porque energia não teremos problema. No futuro, a falta de saneamento básico pode inviabilizar o nosso crescimento.”

projetos isolados que dificultam o escoamento e o tráfego. Vamos cuidar de água e esgoto porque energia não teremos problema. No futuro, a falta de saneamento básico pode inviabilizar o nosso crescimento. Espero que as coisas corram paralelas.

MI- Por falar em infraestrutura e facilidade de acesso, porque apesar de tantas vantagens naturais como os Lençóis Maranhenses e a Chapada das

Mesas, o Maranhão não consegue atrair turistas como o Ceará e a Bahia, por exemplo?

EBN - Nós nunca quisemos. É questão de decisão política. Se fala, mas não se age. Em toda parte do mundo o turismo é importante. Tenho viajado mundo a fora e há lugares que não têm nada e as pessoas criam e fazem turismo. Aqui temos tudo: história, folclore, povo, mas não temos o produto. Temos que nos acostumar a criar o hábito de cuidar da nossa cidade. O turista só vai gostar de nossa cidade usando nós gostarmos também. Quando ela for boa para nós, será boa também para o turista. A melhor maneira de fazer isso é arrumar a cidade. O turista é conquistado no boca a boca. Falta infraestrutura. Temos feito muito pouco.

MI - O que é preciso fazer para contribuir não apenas com o crescimento do estado, mas da região?

EBN - Acelerar o passo. Somos mais acomodados e andamos mais devagar. Se não acelerarmos, vamos ficar para trás. Falta autoestima também para o empresário e políticos. Não temos esse espírito, infelizmente. Falta investir muito em educação e saúde para o povo poder trabalhar mais. Por enquanto estamos crescendo em percentual em cima de valor pequeno. Estamos nos enganando. O Maranhão é a bola da vez. Não temos outro caminho: ou cresce ou cresce.

O conhecimento realiza sonhos

Fazer parte da construção e realização das aspirações de dezenas de seus alunos é motivo de orgulho para o Sesi e o SENAI.

É com muita satisfação que parabenizamos os alunos da educação articulada do Sesi e SENAI (EBEP) aprovados no vestibular das principais universidades públicas e privadas do nosso Estado.



FIEMA
SESI
SENAI
IEL

SESI SENAI

SANTO DE CASA **FAZ** MILAGRE

SENAI aposta em design de moda com a cara do Brasil

Por Cíntia Machado



Certamente você já deve ter ouvido falar sobre as “tendências da moda para a próxima estação”, não é mesmo? E muito provavelmente nem se deu conta que, por detrás dessa informação, há um universo enorme de profissionais e atividades que rendem milhões mundo a fora. No Brasil, esse mercado está mais bem estruturado no eixo Rio - São Paulo, com desfiles de grandes grifes e eventos de nível internacional. Mas isso certamente vai mudar com o trabalho que vem sendo realizado pelo Departamento Nacional do SENAI em vários estados, incluindo o Maranhão. O esforço, que ainda está em fase inicial, não é solitário. Consultores, universidades e empresários da área de confecções também estão apostando que as pesquisas com informações para desenvolver novos produtos com design nacional e aceitação global possam sim, nascer de aspectos bem peculiares da vivência local, como o artesanato e as manifestações da cultura popular.

O Programa Estratégico Multiestadual Senai Gestão do Design - PSGD, do Departamento Nacional, está voltado para os setores de vestuário, mobiliário, calçados, couro e artefatos. Ao antecipar tendências nos seus cadernos elaborados com a participação de 18 estados, além do Distrito Federal, o SENAI coloca nas mãos dos profissionais dessas áreas uma importante ferramenta de pesquisa e planejamento que auxilia no

desenvolvimento de novos produtos. Um dos principais temperos dessa receita é a criatividade do artista brasileiro.

Para o consultor de moda Chico Coimbra, que auxilia o SENAI Maranhão na criação do Núcleo de Apoio ao Design, todo o mercado de moda do país precisa amadurecer. “Ainda estamos em busca de uma identidade para a marca brasileira”, diz com a autoridade de quem está há 30 anos na atividade. A tese dele é de que o Brasil não conhece o Brasil, o que faz com que as pessoas gostem, aceitem e consumam os produtos fabricados lá fora.

Isso, segundo ele, acaba se traduzindo na escolha dos materiais usados no design de produtos, que vão dos projetos de interiores às roupas que usamos. “Temos fibras e rendas, por exemplo, típicas da nossa cultura local, que bem trabalhadas e combinadas podem ter requinte”. O consultor vai mais longe: para ele, trabalhar elementos culturais - sejam eles típicos de nossas manifestações populares, arquitetura, produtos e paisagens naturais - ajuda o maranhense (e o brasileiro) a se valorizar, a gostar mais de si e a levantar sua auto-estima.

O trabalho, como explica Eli Guedêlha, coordenador do Núcleo de Apoio ao Design do SENAI Maranhão, vai muito além da definição de cores, formas, tecidos e desenhos técnicos. Ao ofertar serviços técnicos e tecnológicos às empresas do setor, o SENAI estimula o empresariado a se diferenciar competitivamente no mercado.

Já não basta apenas produzir, ter preço e obedecer a prazos. É preciso inovar. Por isso, depois da divulgação do Caderno de Perfil Inspirações e Tendências de Inverno 2009 e de Primavera/Verão 2009/2010, a missão agora é selecionar empresas para participar de um projeto piloto. “Muitas das empresas de confecções locais fabricam, mas não desenvolveram marcas ou identidade próprias. Iniciaremos com moda feminina, masculina, praia e moda íntima com o objetivo de desenvolver as coleções durante um ano”, anunciou Guedêlha. No Maranhão, os municípios de São Luís e Imperatriz são candidatos a receber as primeiras ações. No futuro,

o SENAI ampliará as ações de desenvolvimento de design para os setores de mobiliário, calçados, couro e artefatos.

EMPREENDEDORISMO

Esta parece ser mesmo uma época propícia para investimentos no setor, já que há um movimento de empresas industriais, instituições de formação de mão-de-obra, lojistas e designers convergindo para um mesmo objetivo.

Criado em 2006, o curso Superior em Tecnologia de Design de Moda, do Uniceuma, com duração de dois anos, é uma das iniciativas que está imprimindo qualidade no setor. A primeira turma foi desenhada para atender profissionais que já trabalhavam com moda, mas sem formação acadêmica. De lá para cá, já foram formados mais de 100 alunos e outra turma se prepara para concluir o curso em 2010. “Designer não é um costureiro. O que precisamos é formar criadores” enfatizou o coordenador do curso, Alfredo Barbeta. Das indústrias, editoriais de revistas de moda, figurino para TV, cinema, teatro, dança e espetáculos em geral, passando pelo marketing e consultorias, até chegar ao estilista, as opções de ramos de atuação são variadas.



Ele explicou que já funciona uma área de pesquisa com materiais alternativos e que no estado existe uma riqueza muito grande também em relação aos hábitos culturais. “As pessoas gostam de comprar tecido, desenhar o próprio modelo e chegar até o produto final. No entanto, o maior desafio, segundo Barbeta, é explorar o lado empreendedor dos alunos. “Nossos alunos estão em uma relação de dependência com o mercado. Temos que abrir novos espaços e correr riscos. Conhecimento técnico nós temos e equipamentos e tecnologia virão com o tempo. Temos um celeiro de criatividade no estado e, assim como Rio de Janeiro, São Paulo e Fortaleza, precisamos romper com o isolamento.

A realização de eventos como São Luís Fashion Week, que já vai para a quarta edição; a entrada no mercado local de marcas nacional e internacionalmente conhecidas e a publicação de material de divulgação voltado para o segmento da moda e alunos premiados em concursos da área, segundo Odete Moreira, consultora de imagem, dão conta de que o mercado está em expansão. “Estamos qualificando pessoas que já

tinham empresas mas não se sentiam capazes de concorrer no mercado. Daqui a cinco anos teremos todas as condições de concorrer com a produção nordestina”, calcula Odete, que também é coordenadora adjunta do curso do Uniceuma.

O Projeto de Arranjos Produtivos Locais do Sebrae, que utiliza a metodologia de gestão voltada para resultados, está com a proposta de estruturação do APL de Confecções em Imperatriz, a segunda maior cidade do estado e onde existem mais de 30 empresas do setor sindicalizadas. Este é um dos 21 APLs, a maioria na área do agronegócio, que integram o projeto. De outubro do ano passado até maio deste ano, 10 já foram estruturados. João Martins, gerente da Unidade de Monitoramento de Projetos do Sebrae-MA explicou que esse é um processo de cooperação entre as empresas que conta com parceiros de instituições de crédito e de ensino. O Banco do Brasil e a Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (Sinc) estão nessa lista.

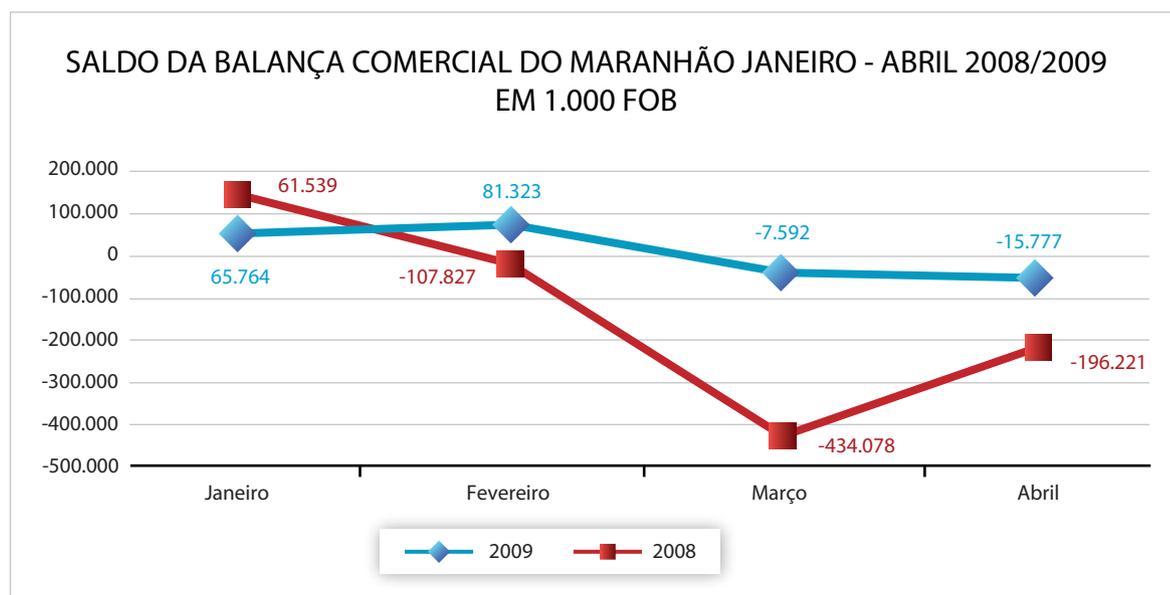
Se você é empresário do setor ou apenas quer entender melhor as informações sobre design, acesse o site www.senai.br/design e descubra um mundo de oportunidades. ■



Criado com uma linguagem acessível para atender as necessidade de atualização de empresários, estilistas, estudantes e de todos aqueles que trabalham com o desenvolvimento de produtos voltados para a moda, o Portal SENAI DESIGN conta com fotos, notícias e artigos com informações sobre as tendências globais que possam servir de referência para uma moda com a cara do Brasil. Com o portal, o conteúdo que já era produzido nos cadernos de tendências e inspirações agora pode atingir um público ilimitado. A ferramenta serve ainda como uma espécie de termômetro da sociedade brasileira nesta área.

EXPORTAÇÃO DE PRODUTOS BÁSICOS CAI 23%

Fonte: SECEX/Alice Web; Elaborado: FIEMA/CIN



O Maranhão obteve déficit na Balança Comercial nos meses de janeiro a abril de 2009, apresentando mais de US\$ 119,493 de saldo negativo – o que representa uma variação de 117% em relação ao mesmo período do ano passado. As exportações, comparando com o ano passado, decresceram quase 14%, o que não representa uma diferença tão grande principalmente com relação à variação das importações, que sofreram consideráveis acréscimos, de pouco mais de US\$ 1.194 milhão para 334.070 milhões.

Por agregação de valor, as exportações maranhenses de produtos básicos apresentaram diminuição de 23%. Os produtos industrializados registraram decréscimo (10,11%). A pauta exportadora maranhense continuou composta, em sua maioria, pelos derivados de alumínio e ferro, seguidos da soja, em grãos e farelo. O valor exportado dos seis primeiros produtos, em US\$ FOB, representou um pouco mais de 72,87% do total enviado ao exterior.

Os Estados Unidos fecharam o mês de abril liderando o ranking das exportações maranhenses. Suíça, China, Japão e Austrália ficaram

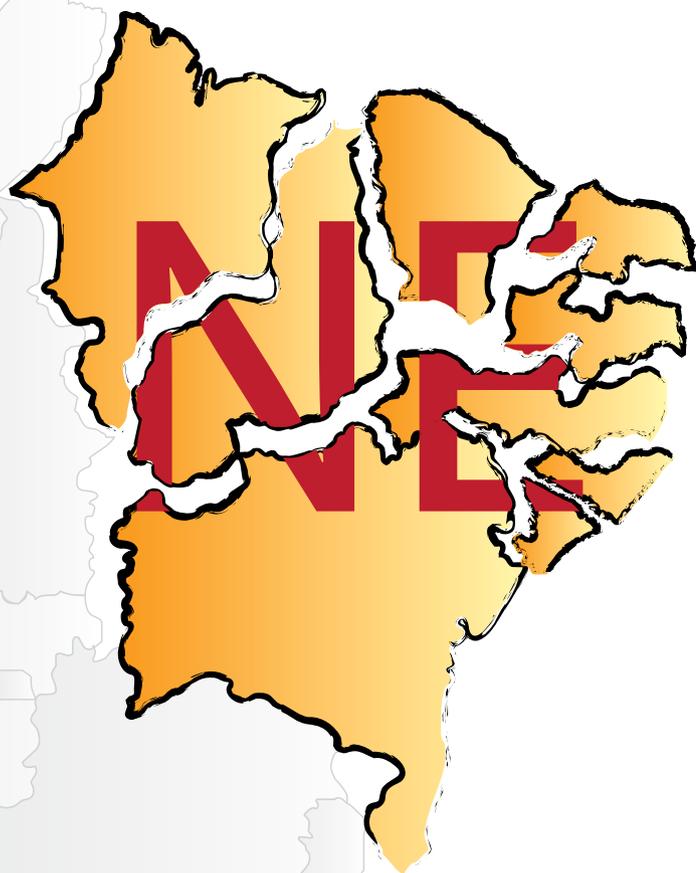
em 2º, 3º, 4º e 5º lugar, respectivamente. As empresas Alcoa Alumínio S/A, Viena Siderurgia S/A e Vale, finalizaram abril nas primeiras posições das empresas que mais exportaram (em termos de valor US\$ FOB) localizadas no estado. Empresas como Alcoa Word Alumina Brasil Ltda, Cargill Agrícola S.A, Fazenda Parnaíba S/A e SLC Agrícola Ltda, tiveram aumento consideráveis comparadas ao mesmo período do ano passado.

Em termos de importação, o Gasóleo (óleo diesel) foi o produto mais comprado pelo estado durante os quatros primeiros meses do ano, mesmo com um decréscimo relacionado ao mesmo período do ano anterior, correspondendo a 86,80%, o que possibilitou um menor valor de importações e assim, resultando no saldo da Balança Comercial positivo. Outros produtos importados foram querosene de aviação, apresentando um decréscimo de 61,33% e trilha de aço, que apresentou um acréscimo de 342,08. Dentre os países fornecedores do Maranhão, Aruba se obteve 1º lugar do Ranking. EUA e Índia obtiveram o 2º e o 3º lugar.

UM POR TODOS

Plano para desenvolver o Nordeste precisa vencer o isolamento dos estados

Por Cíntia Machado



O Produto Interno Bruto do Nordeste (toda a riqueza que a região produz) tem crescido mais do que nos estados do Sul e Sudeste do país - bem mais industrializados - e até mesmo do que a média nacional. Tal afirmação é verdadeira, mas esconde uma falsa impressão de que esse crescimento é contínuo e sustentado; que o aumento da produção agregou qualidade indiscutível ao que é feito aqui e ainda que os postos de trabalho que foram abertos devido à soma de vários aspectos conjunturais elevaram a renda do nordestino e este agora faz parte de um forte mercado interno consumidor capaz de atrair novos empreendimentos em cadeia. O Nordeste, apesar de alguns avanços significativos, ainda concentra a maior massa de trabalhadores sem qualificação, a maior quantidade de pessoas que vivem em extrema pobreza e os problemas de saúde pública já vencidos por outros estados. A proposta defendida pelo ex-ministro Roberto Mangabeira Unger, da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República, é a formulação de um projeto de desenvolvimento estratégico que traga resultados não apenas ao Nordeste, mas que influencie o resto do país.

Pensado para ser perseguido como uma proposta de Estado e não de governo, a idéia é que o poder público tenha uma relação 'pluralista' com as empresas: nem muito distante nem autoritário. Em linhas gerais, o plano que

ainda está em construção tem como vertentes a organização de um modelo de agricultura irrigada; a construção de um modelo industrial baseado em pequenas e médias empresas e não em micro e grandes projetos, além, entre outras, de um modelo integrado de ensino geral e técnico-profissional.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, Edílson Baldez das Neves, o Maranhão tem muito a contribuir com a formulação dessa estratégia. “O Maranhão tem terra de boa qualidade, porto com profundidade invejável e uma ferrovia que cortará o Centro Oeste ao meio. Temos matéria prima e poderemos exportar produtos acabados. A indústria se faz com logística, que é principalmente transporte, e para nós falta pouca coisa”, enumerou. No entanto, ele chama a atenção para o fato de não termos política integrada nos estados. “Para que um projeto desse porte dê certo é preciso vencer o isolamento”, frisou.

Para o deputado federal Pedro Fernandes, o Maranhão pode contribuir muito participando dos fóruns de debates e tendo decisão política para integrar-se a esse projeto. O que preocupa o parlamentar é a necessidade de se enquadrar, já que as sugeridas para o Nordeste estão voltadas para o semi-árido e o Maranhão não tem, praticamente, nenhum município com essas características. “O Maranhão acaba, também, não sendo beneficiado em nenhum projeto para o Norte, por estar no Nordeste. Isso precisa ser definido porque acabamos por ser prejudicados”, lembrou Fernandes.

O planejamento proposto pelo governo e que está sendo discutido em todos os estados nordestinos quer levar em consideração alguns aspectos bastante peculiares da região, como a força da identidade coletiva e o acúmulo dos vínculos associativos (o capital social); a renovação política e cultural que ocorre no Nordeste; as iniciativas empreendedoras, criativas e culturais, além das obras de infraestrutura que estão em andamento dentro do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Se quiser crescer mais, o Nordeste precisará antes resolver problemas com água, energia, armazéns, estradas, baixa renda e escolaridade da população. No Maranhão, uma iniciativa pioneira do SENAI

com potencial para ser replicada demonstrou que é possível aliar o ensino regular à educação profissional de jovens e adultos.

No esboço da proposta governamental é sugerido que o SEBRAE, como mais importante instituição

em matéria de apoio a pequenas e médias empresas, tenha tanto um braço tecnológico como um financeiro. E ainda que os governos organizem uma instituição pan-nordestina de adaptação e de transferência de tecnologias úteis à qualificação das pequenas e médias empresas em conjunto com o governo federal, através do Ministério de Ciência e Tecnologia, Sebrae, Senai, Finep, Banco do Nordeste e a Sudene. Para os bancos públicos restaria a abertura de uma linha de crédito para financiar esses empreendimentos.

Se o objetivo final é investir no Nordeste para desenvolvê-lo, ninguém discute que devem ser priorizadas as atividades que potencializem



as características da região, que valorizem sua diversidade e que aproveitem suas vantagens comparativamente às de outras regiões. Nesta edição, o leitor recebe um CD com o Planejamento Estratégico da Federação das Indústrias do Estado do Maranhão, uma contribuição para pensar o crescimento não apenas do estado, mas da região.

A iniciativa da Federação, uma das primeiras no país a contar com esta ferramenta, teve a colaboração de vários atores sociais, desde instituições públicas até as empresas privadas. ‘O plano é uma referência para articulação e coordenação das múltiplas ações das múltiplas ações dos atores sociais e dos governos, cada um com seus papéis e seus instrumentos, para promover o desenvolvimento industrial’, explicou o economista e Superintendente da FIEMA, Marcvo Antonio Moura da Silva, ressaltando que os dois grandes objetivos do PDI 2020 são o aumento da competitividade sistêmica da economia do estado e o adensamento das cadeias produtivas centrais.

O PDI 2020 está formulado com base em sete eixos estratégicos e mais de 100 projetos, sendo 12 deles considerados de alta prioridade. Os eixos são educação e qualificação preofissional, conservação ambiental, desenvolvimento científico e tecnológico, adensamento e diver-

sificação das cadeias produtivas, ampliação da infraestrutura e da logística, gestão pública de qualidade e organização e participação do empresariado.

São considerados projetos prioritários a melhoria da qualidade do ensino público fundamental e médio, ampliação e melhoria da educação tecnológica e profissionalizante, conclusão do zoneamento econômico ecológico, implantação de parque tecnológico e incubadoras regionais, desenvolvimento de fornecedores locais para as principais cadeias e grande ssegmentos produtivos, adensamento da cadeia produtiva do agronegócio e mínero-metalúrgica, implantação da indústria petrolífera, ampliação e implantação do sistema integrado de transporte e logística, ampliação e do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário urbanos, criação de fóruns permanentes de consultas e debates entre governoi e empresários e, por fim, fortalecimento do planejamento e da gestão por resultados nos municípios maranhenses .

Entre os cenários possíveis, a expectativa é que o trabalho compartilhado resulte, até 2020, em uma estado com economia competitiva em nível nacional e internacional, que os produtos exportados tenham valor agregado e a iundústria local seja mais diversificada e dinâmica. ■



EDGAR ROCHA

PROJETO NORDESTE EM RESUMO

PRINCIPAIS OBJETIVOS

- Construir um modelo de desenvolvimento econômico para o nordeste que possa ser ampliado para todo o país;
- Projeto construído como iniciativa de estado e não de um governo;
- Colocar o nordeste no centro da discussão nacional como vanguarda potencial de uma estratégia de desenvolvimento do país.

PONTOS FORTES

- Força da identidade coletiva e o acúmulo dos vínculos associativos (o capital social);
- Há renovação política e cultural;
- A região fervilha de iniciativas empreendedoras e culturais;
- Grandes obras de infraestrutura em andamento.

VERTENTES DA PROPOSTA

- Organização de um modelo de agricultura irrigada;
- Construção institucional, por meio do estado, de um modelo industrial baseado em redes de pequenas e médias empresas;
- Discussão de um novo modelo de ensino médio capaz de integrar o ensino geral e o técnico-profissional;
- Projeto estruturante que não enxergue as grandes obras de infraestrutura e indústria como fins em si mesmas, mas que perceba as vocações locais da região dentro de uma estratégia nacional.

PONTOS FRACOS

- Concentração de uma das áreas mais pobres do país, com baixa renda per capita e remuneração média;
- Não há projeto para o nordeste;
- Pensar para o nordeste ações tardias do modelo de desenvolvimento adotado em São Paulo, por exemplo;
- Ações e empreendimentos de escalas e de cunho artesanais, como os micro-empresendimentos e as pequenas cooperativas, que geram ocupação e renda mas não resolvem o problema.

PIB DO NORDESTE

Estados	PIB	% do PIB nacional	% do PIB regional	PIB per capita	% do PIB per capita regional
Bahia	96.559.993	3,93%	34%	6.922	14%
Pernambuco	55.505.760	2,34%	20%	6.528	14%
Ceará	46.310.492	1,95%	13%	5.636	10%
Maranhão	28.621.860	1,21%	7%	4.628	6%
Piauí	12.790.892	0,54%	3%	4.213	7%
Rio Grande do Norte	20.557.263	0,87%	6%	6.754	13%
Paraíba	19.953.193	0,84%	6%	5.507	10%
Alagoas	10.325.908	0,66%	5%	5.164	9%
Sergipe	11.704.013	0,64%	5%	7.560	17%

ENCHENTES REDUZEM PRODUÇÃO

Chuvas farão o Maranhão perder 11% da safra de grãos e comprometem também a pecuária leiteira

Por Érica Rosa

As chuvas que castigam o Maranhão desde o início do ano têm sido muito ruins para a agricultura e a pecuária maranhenses. Atingiram tanto o grande produtor, quanto o pequeno. As culturas mais afetadas foram soja, arroz, feijão, mandioca e a pecuária leiteira de pequeno porte. Levantamento da safra divulgado em junho pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab) confirma que o estado colherá 2,249 milhões de toneladas de grãos, o que significa uma queda de

quase 11% - 271,6 mil toneladas a menos - em relação à safra 2007/2008, quando foram colhidas 2,520 milhões de toneladas.

Muitas lavouras foram destruídas por enchentes, notadamente nas regiões do Mearim e Tocantins. As que resistiram - plantadas nas áreas mais altas e distantes das regiões ribeirinhas -, foram prejudicadas pelas dificuldades de acesso e escoamento da produção e pelo excesso de umidade durante a maturação, o que prejudicou muito



a qualidade dos grãos. Até a segunda quinzena de junho, os levantamentos das perdas continuavam a ser feitos por produtores e pelos órgãos do sistema agrícola estadual para que os produtores pudessem receber apoios técnico e financeiro.

Com base na perda significativa da área plantada, a Agência Estadual de Pesquisa Agropecuária e Extensão Rural do Maranhão (Agerp) – ligada à Secretaria de Estado da Agricultura e Pesca (Sagrma) – estima a deterioração de aproximadamente 600 mil toneladas de grãos, compreendendo arroz, milho, feijão, mandioca e soja. O mesmo levantamento, realizado com base nas informações de 19 Escritórios Regionais da Agência, indica um prejuízo em torno de R\$ 13,3 milhões, o que significa, na prática, o valor necessário para a recuperação das perdas da produção agrícola na safra 2008/2009.

Embora não existam dados oficiais dos prejuízos por parte dos produtores, a Federação da Agricultura e Pecuária do Estado do Maranhão (Faema) calcula, com base nas informações dos 45 sindicatos filiados, que só na cultura de soja tenha

havido uma perda de 20% do total de 1,2 milhão de toneladas estimadas para serem produzidas nesta safra. “A região de Balsas, maior produtora de grãos do estado, foi bastante afetada pelas chuvas, desde a colheita, até o armazenamento”, afirma o presidente da Faema, José Hilton Coelho de Sousa.

Ele conta que, no início do período chuvoso, a umidade até favoreceu os produtores de soja. “Houve aumento da produtividade, pois o solo molhado contribuiu para que cada hectare produzisse 55 sacas, uma marca excelente. No entanto, com a intensificação das chuvas, os grãos apodreceram dentro da vagem, provocando muitas perdas”, explica.

Ainda por causa das chuvas, as máquinas colheitadeiras tiveram dificuldade para chegarem às áreas das lavouras. Até a soja que já havia sido colhida teve a qualidade prejudicada, pois os grãos não puderam ser transportados para o secador. “A qualidade dos grãos caiu muito, pois não tiveram a umidade ideal para a comercialização”, acrescenta José Hilton Sousa.



ANTÔNIO MARTINS



ARROZ

A safra de arroz foi tão ou mais prejudicada que a de soja. É que embora o grão tolere uma umidade maior no solo, tem de ser colhido logo após a maturação. Por causa da dificuldade de acesso aos campos alagados, houve atraso e impossibilidade de uma boa colheita.

A Agroindustrial BB Mendes, instalada no município de Itapecuru-Mirim, e que produz as marcas de arroz Bom Maranhense e Mais Saboroso, contabilizou os danos financeiros causados pelas enchentes à empresa. O prejuízo chega a R\$ 1,5 milhão com a perda de cerca de 500 hectares de lavoura de arroz de um total de 1.500 hectares plantados em Vitória do Mearim para atender à fábrica.

Segundo o diretor-presidente da empresa, Benedito Bezerra Mendes, com a perda de 40% da área plantada em parceria com pequenos produtores rurais, a unidade deixará de processar aproximadamente 2.500 toneladas de arroz.

Para repor o volume que deixou de ser colhido e compensar a perda de qualidade de boa parte do grão que ainda chegou a ser colhido, a Agroindustrial BB Mendes importará o produto de estados como Santa Catarina e Rio Grande do Sul.

“É uma outra variedade de arroz, diferente da que plantamos aqui no Maranhão. Mas temos que recorrer a essa importação para colocar o produto no mercado local e do Piauí”, explica Benedito Mendes.

PERDA TOTAL

Essa realidade da Agroindustrial BB Mendes é apenas um caso identificado dos prejuízos contabilizados no setor agrícola maranhense em decorrência das chuvas e enchentes. A Sagrima aponta no levantamento feito pela Agerp que a região do estado mais atingida e com maiores perdas na produção é a do Mearim. “Nos municípios Trizidela do Vale, Pedreiras e São Luís Gonzaga, os pequenos agricultores perderam 100% de sua área plantada, ou seja, toda a safra”, informa o diretor da Agerp, Tadeu Lima.

O levantamento identifica que 71.525 produtores rurais perderam suas lavouras por causa das chuvas e enchentes, provocando muitas perdas na safra agrícola 2008/2009, principalmente na agricultura familiar.

Ele explica que o trabalho de campo foi difícil de ser realizado, uma vez que muitas áreas ainda continuavam alagadas. O diagnóstico indica que dos 217 municípios maranhenses, 125 tiveram prejuízos expressivos na agricultura. Desses, 75 perderam quase toda a produção de grãos, devido às enchentes e ao excesso de chuvas, motivando prejuízos em aproximadamente 465 mil hectares de cultivos agrícolas, englobando arroz, milho, feijão, mandioca, hortaliças e frutas. Segundo Tadeu Lima, em todo o Maranhão, a perda em áreas produtivas de arroz e mandioca totalizou um prejuízo de 233.937 hectares. “A cultura do arroz foi a mais prejudicada em termos de grãos”, informa.

PECUÁRIA DE LEITE

Embora em algumas regiões maranhenses as inundações tenham impedido uma avaliação real das perdas, as chuvas causaram prejuízos na pecuária por causa dos sucessivos traslados de milhares de cabeças de gado de um lugar a outro em busca de terreno seco e melhor pastagem, principalmente nas regiões do Baixo Mearim e do Tocantins, onde houve criador que chegou a perder 50% do rebanho.

Na pecuária de leite, os pequenos produtores dessas duas regiões foram os mais prejudicados, com perdas que chegam a 40%. Por criarem os animais em terras baixas, eles tiveram as pastagens alagadas. Segundo José Hilton de Sousa, a Faema iniciou um levantamento com os sindicatos filiados nas regiões para cálculos dos prejuízos. “Podemos afirmar que já começa a faltar leite no mercado interno”, sentencia.

PERDAS AGRÍCOLAS

O diagnóstico da Agerp com base nos levantamentos realizados nas suas 19 Regionais apresenta a seguinte situação:

- Nas áreas mecanizadas as perdas foram causadas pela dificuldade de acesso das colheitadeiras devido aos solos estarem bastante encharcados, mesmo assim com perdas variando de 20% a 40%;
- Nas áreas de várzeas, portanto próximas aos rios, as perdas das pequenas lavouras foram totais, ou seja, 100%;
- Nas áreas altas o volume de chuvas provocou perdas menores, em torno de 30%.
- Quarto produtor nacional de arroz, o Maranhão colherá nesta safra 662,4 mil toneladas do grão, um recuo de 5,3% em relação à safra passada quando o estado colheu 699,7 mil toneladas.
- A safra maranhense de algodão em caroço também foi comprometida pelo excesso de chuvas, com uma queda de 5,9%. O estado colherá 43,4 mil toneladas do produto, ante as 46,1 mil toneladas colhidas na safra anterior.
- A produção de feijão também sofreu os impactos das chuvas. A colheita estimada este ano em 36,6 mil toneladas é menor em relação à safra 2007/2008, quando foram colhidas 39,6 mil toneladas. A cultura, embora não tenha apresentado perdas tão significativas em termos de produtividade, teve comprometimento na qualidade do produto.
- A maior queda ocorreu na cultura da soja, que colherá 269 mil toneladas a menos este ano, redução de 21,3%. A produção da oleaginosa em 993,7 mil toneladas, volume bem diferente do ano passado, quando se colheu 1,262 milhões de toneladas.

GOVERNO PRORROGA PAGAMENTO DE DÍVIDAS

A prorrogação das dívidas dos produtores rurais afetados pelas enchentes no Nordeste foi determinada pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) no final de maio. O benefício inicialmente havia sido concedido à agricultura familiar. Para os municípios do Nordeste, as parcelas com vencimento de 1º de abril a 14 de outubro poderão ser pagas até 15 de outubro.

Assim como na renegociação das dívidas dos agricultores familiares atingidos pelas enchentes, a prorrogação para a agricultura comercial só vale para quem estava com as prestações em dia antes de abril.

O benefício também só vale para os municípios que decretaram estado de emergência ou de calamidade pública de 1º de dezembro do ano passado a 13 de maio deste ano. Esta exigência tem provocado insatisfação entre os produtores rurais do município de Balsas, pois embora o Município tenha decretado estado de calamidade pública, este não foi homologado

pelo Governo do Estado dentro do prazo fixado pela resolução do CMN. Assim, os produtores de Balsas ficaram de fora do benefício do governo federal com relação às renegociações das dívidas. “É uma situação difícil, que estamos tentando contornar”, assinala José Hilton Sousa.

Visando amenizar os prejuízos dos agricultores familiares a Sagrima, por meio da Agerp, está distribuindo sementes de feijão nos municípios mais afetados pelas enchentes, no total de 400 mil quilos, beneficiando 40 mil produtores rurais e uma área a ser plantada em torno de 20 mil hectares.

A Sagrima pretende também negociar com o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) um possível alongamento no pagamento dos financiamentos do Programa Nacional de Agricultura Familiar (Pronaf) para que os mesmos não fiquem inadimplentes com os agentes financeiros. ■





Centro Internacional de Negócios
do Maranhão

PASSAPORTE PARA SEU PRODUTO FAZER SUCESSO INTERNACIONAL

PROMOÇÃO DE NEGÓCIOS

CERTIFICADO DE ORIGEM

CAPACITAÇÃO EMPRESARIAL

INTELIGÊNCIA COMERCIAL



www.fiema.org.br • cin@fiema.org.br
(98) 3212-1896

PROFISSIONALIZAÇÃO SINDICAL

Programa da CNI visa sindicatos mais fortes e auto-sustentáveis

Como criar a cultura de sindicatos patronais fortes e representativos na área industrial? Esse é um desafio que a Confederação Nacional da Indústria (CNI) tem levado aos estados por meio do Programa de Desenvolvimento Associativo (PDA). O recado - que já começa a ser entendido no Maranhão como resultado de um ano de aplicação do programa - é que para liderar, negociar e se posicionar na defesa de interesses de seus filiados os presidentes dessas instituições precisam pensar além das eleições.

O PDA, realizado localmente em parceria com a Federação das Indústrias do Estado do Maranhão (FIEMA), visa ampliar a representatividade

e a sustentabilidade dos sindicatos. Os pilares dessa proposta são a modernização sindical e o fortalecimento empresarial. A ausência de sócios e a dependência excessiva da contribuição compulsória das empresas são alguns dos 'vícios' que os presidentes gestores devem deixar no passado.

A tarefa é árdua, mas a discussão sobre o futuro com a elaboração de um planejamento estratégico tem ajudado os dirigentes a mudar o foco de suas atuações. "O trabalho é de formiguinha e o envolvimento vai se dando ao poucos, à medida que os sindicatos percebem a necessidade e a seriedade do trabalho da Federação", explicou Cassiano Pereira Junior, da coordenação do PDA no Maranhão. Em suma, os sindicatos são obrigados a repensar a sua atuação.

Outra estratégia do Programa de Desenvolvimento Associativo é fazer com que dirigentes sindicais retornem às salas de aula para serem capacitados. Os cursos rápidos são oferecidos em módulos e abordam temas como gestão estratégica, comunicação e marketing, legislação, governança, gestão da informação, defesa de interesses da indústria e sistema de representação sindical.



A iniciativa conta também com apoio financeiro da CNI, que no ano passado foi de mais de R\$ 70 mil para os sindicatos maranhenses. Em junho foi lançado o edital de Projetos 2009/2010, no valor global de R\$ 5,1 milhões. O PDA passa agora a ser alinhado com as diretrizes do Mapa Estratégico da Indústria 2007-2015 e uma das principais metas é aumentar a participação dos dirigentes sindicais, que no último ano atendeu com capacitação de lideranças 800 dos 1.200 sindicatos.

O novo edital pretende ainda, segundo a CNI, a realização de planejamentos estratégicos, a criação de novos sites para os sindicatos e o apoio a projetos inovadores que tenham relevância para o associativismo e potencial de replicação para outras entidades. Entre os novos produtos estão a disponibilização do cadastro industrial das Federações via internet e a criação do Clube Indústria de Benefícios.

“Os cursos do PDA foram importantes para uma reflexão do Sindicato no tocante ao seu papel associativista, representativo de uma classe e incorporado a uma Federação e à CNI”, resumiu Ana Rute Nunes Mendonça, presidente do Sindicato das Indústrias de Malharia e de Confecções de Roupas em Geral do Estado do Maranhão (Sindvest). Ela conta que o Sindicato vem crescendo diante do apoio e das capacitações, viagens, feiras que têm acontecido nos últimos quatro anos, com o apoio da FIEMA, SENAI, IEL e SEBRAE.

Outro apoio muito importante foi o programa PROCOMPI Confecções, coordenado pelo IEL em parceria com o SINDVEST, que preparou as empresas para melhorar a qualidade, aumentar vendas e a tornarem-se mais sólidas.

Graças a estes projetos e apoio, há três anos, quando venceu a primeira eleição, o sindicato tinha apenas 12 empresas filiadas e que hoje esse número subiu para 96. “Formalmente, são 167 empresas e isso nos mostra que temos um longo trabalho de resgate pela frente”, frisou. As capacitações do PDA, de acordo com Ana Rute, abriram novas possibilidades e já está acertada para 2010 uma parceria com o Banco do Brasil.

Estão sendo negociadas com o governo do estado a fabricação no estado dos fardamentos escolares e da Polícia Militar, que hoje são produzidos em outros estados.

DEMANDA

Uma pesquisa da Confederação realizada em 2006/2007 demonstrou quais as prioridades dos sindicatos em cada área do programa e definiu na época as principais ações. Em capacitação foram priorizadas a elaboração de cartilha e módulos básicos e avançados, além daqueles adaptados às características dos estados. No quesito marketing associativo foram eleitos a criação de site, vídeo de sensibilização, folder sindicato-Sistema Indústria e campanhas associativas. Em infra-estrutura de tecnologia as maiores demandas foram por softwares de gestão, hardware e comunicação banda larga. Já os planejamentos financeiros e estratégicos e os sistemas de arrecadação (SIGA) e de gestão foram os mais votados em planejamento e gestão.

Um dos aspectos mais importantes da pesquisa foi a identificação de ofertas de serviços para os associados: parceria com o Sistema Indústria-SESI, SENAI e IEL (responsabilidade social, saúde e segurança para o trabalho, inovação tecnológica, Educação para Nova Indústria, capacitação gerencial e estratégias empresariais); parcerias com prestadores de serviços (a exemplo de transporte, plano de saúde e previdência); serviços de inteligência para o setor (como banco de dados, indicadores, publicações e pesquisas) e, por último, serviços de assessoria (jurídica, meio ambiente, contábil e comércio internacional em ação conjunta com a Rede CIN). ■



Profissionalismo empresarial

Celson Antonio Lago Beckman*



FRANCISCO CAMPOS

O novo cenário econômico e financeiro mundial tem apresentado uma série de desafios para a classe empresarial, sendo de pouca importância o tempo da existência do empreendimento, assim como a experiência do empreendedor. É grande a velocidade com que as mudanças tecnológicas, relações humanas e gestão estão ocorrendo, sem falar em períodos de crise que na maioria das vezes atinge um grande número de segmentos econômicos que precisam enfrentar os obstáculos, mas que às vezes geram infinitas oportunidades para novos segmentos de mercado. Por outro lado, áreas tradicionais procuram melhorar e adequar seus processos de inovação, fazendo com que empresas deixem de aplicar no mercado especulativo e passem a aplicar no mercado produtivo.

Neste contexto, queremos despertar no empresário maranhense a necessidade de o mesmo se profissionalizar como empresário. O empresário maranhense moderno precisa ter uma atuação multidisciplinar, devendo tornar-se conhecedor de várias áreas, tais como finanças, contabilidade, logística, marketing, pessoas, legislação e outras que irão fazer com que o mesmo gerencie melhor seu empreendimento e consiga prepará-lo para as novas oportunidades. O maior desafio na permanência de um empre-

endimento não está relacionado com escassez de crédito ou na alta da carga tributária, mas sim aos processos de gestão e não conseguem acompanhar as mudanças e novas demandas do mercado, seja ele fornecedor ou consumidor.

Diante de nossa exposição, chamamos atenção do empresariado maranhense seja o mesmo industrial, comerciante, produtor rural ou prestador de serviços, que a busca por capacitação deva ser algo permanente e não somente para os sócios proprietários, mas também para todos os colaboradores. Atualmente, o que temos presenciado no mercado maranhense são dois extremos. No primeiro assistimos empresários desanimados pelo aumento da concorrência, empresas de outros estados mais estruturadas e ausência de políticas governamentais que beneficiem as empresas locais; já no segundo cenário encontramos empresários animados com as novas perspectivas, principalmente com a divulgação da instalação de empreendimentos. Entretanto, um aspecto fundamental que os empresários não podem perder para atender estes novos cenários é a profissionalização da sua atuação. ■

* É contador, mestre em Auditoria, mestrando em Administração, professor da UEMA e presidente do CRC-MA

Ao progresso!

Maurício Macêdo*



GERALDO FURTADO

O Maranhão, com a vinda da Refinaria Premium, escreve uma nova página na sua política industrial. Só a instalação desse empreendimento já colocará o estado entre os 10 mais industrializados do país até 2013 e entre os cinco mais industrializados até 2020, quando já tivermos aqui um pólo petroquímico.

O Brasil possui 11 refinarias de petróleo em operação e mais cinco projetadas pela Petrobras. Quatro delas localizadas no Nordeste. Dos quatro estados, o Maranhão possui as melhores condições para o desenvolvimento de um novo ciclo industrial, não mais exclusivamente formado por indústrias de base, mas incluindo o desdobramento das suas cadeias produtivas para a segunda e terceira geração petroquímica chegando, até, a possibilidade de atração de todo o tipo de indústrias montadoras que unem o aço e o alumínio aos plásticos para a produção de todos os principais bens de consumo duráveis.

A escolha do Maranhão para abrigar o maior empreendimento do gênero na América Latina com capacidade para refinar 600 mil barris de óleo por dia é antes de tudo uma decisão pautada na viabilidade técnica e econômica. É resultado de um conjunto de fatores que dá condições excepcionais de crescimento ao estado.

A Refinaria Premium I - que visa produzir a partir de 2013 diesel de alta qualidade, entre outros produtos não deve ser vista como fim em si mesma. O Maranhão tem a melhor logística do país, se considerarmos sua plataforma de exportação, e já dispõe de outras matérias primas como alumínio, minério de ferro e ferro gusa, além de energia elétrica. Somados a isso, os 20% de nafta petroquímica que a nova refinaria irá oferecer, estão dadas as condições que permitirão atrair novas indústrias. A verticalização das cadeias industriais será o grande efeito do empreendimento, o que vai colocar o Maranhão entre os estados mais desenvolvidos.

A Refinaria Premium viabiliza um novo ciclo industrial: economicamente competitivo, porque se baseia numa infraestrutura e logística que já estão implantadas; socialmente inclusivo, porque as novas indústrias que serão atraídas ao nosso estado demandam muita mão-de-obra e ambientalmente sustentável, porque serão implantadas de acordo com as mais modernas tecnologias de gestão e controle ambiental. Cabe a nós tornar irreversível esse processo transformador. No Maranhão a ordem é: ao progresso! ■

* *É Secretário Estadual de Indústria e Comércio*

INVESTIMENTOS NO BATUQUE

São João movimentada com festança, trabalho e renda a capital maranhense

Por Selma Figueiredo

O São João não movimentada só saias de coreiras e maracás de vaqueiros campeadores no bailar do tambor de crioula e do bumba-meu-boi. O período junino agita São Luís com incrementos culturais e financeiros e produz uma riqueza sentida nos arraiais (espaço montados para festa) e fora deles por dirigentes políticos, representantes de grupos de bumba-meu-boi, músicos e produtores.

As cifras anunciadas pelo governo estadual são altas. A festança ganhou um investimento de R\$ 5 milhões destinados à infra-estrutura e ao pagamento de apresentação das manifestações folclóricas em 17 pontos montados em São Luís. O interior do Maranhão ficou com uma fatia menor de R\$ 1,4 milhão a ser distribuído por meio de emenda parlamentar. Os números da festa também são grandiosos: 1.851 apresentações de 631 grupos folclóricos em 11 noites.

“Digo sempre que festa não se faz só com numerário, mas também com amor e dedicação. Há um esforço para que o São João aconteça e dê certo. A expectativa é a melhor possível”, declarou o secretário de Estado da Cultura, Luís Henrique Bulcão às vésperas da abertura dos folguedos nos arraiais.

E a aposta não é para menos. Não há levantamentos estatísticos sobre o assunto, mas a agitação noturna nos arraiais ajuda a movi-

mentar a renda familiar de muitos maranhenses há décadas. Nos tempos modernos, vai além e propicia até a formatura de turmas de universitários em terreiros montados especialmente para esse fim. “Dá muito trabalho, mas é um bom investimento, porque você consegue tirar o dinheiro investido e ainda obter um lucro considerável”, declara a jornalista Bruna Castelo Branco, uma das formandas a apostar na idéia da barraca junina para bancar a festa de formatura.

As manifestações também investem para fazer bonito na hora de festejar São João, São Pedro e São Marçal. O projeto para do Boi da Maioba, sotaque de matraca, está orçado em R\$ 300 mil este ano. O patrocínio existe, mas ainda é pequeno perto das necessidades do grupo. “Esse valor de R\$ 300 mil inclui todos os gastos, com indumentárias, instrumentos, transporte, gravação de DVD, de CD, tudo mesmo”, detalha José Inaldo Ferreira, presidente do batalhão há mais de duas décadas.

Só com os dois registros fonográficos, gravados ao vivo, foram investidos R\$ 60 mil. “Tivemos prejuízo porque o primeiro evento foi cancelado por causa da chuva. Aí o custo foi dobrado porque precisamos fazer outra festa para a gravação. É muito trabalho e esforço, mas o resultado compensa”, afirma Inaldo Ferreira.





CONTRATADOS

A comunidade da Maioba também vê com bons olhos tanto esforço. Muitos enxergam na manifestação um complemento para a renda. Só em mão-de-obra o grupo investe cerca de R\$ 20 mil e todos os contratados são do próprio bairro. “Para confeccionar as indumentárias do cordão (índias, vaqueiros, etc) são três equipes de oito a 10 pessoas. Ainda tem o pessoal que trabalha com a confecção e recuperação dos instrumentos. Hoje, nosso trabalho é extremamente profissional e todo mundo é pago pelo que produz”, observa Inaldo Ferreira, esclarecendo que na roda são remunerados apenas o cantador e o miolo (que dança embaixo do boi). “O restante dos integrantes participa de forma espontânea”, diz.

Mas esse formato espontâneo vem se perdendo diante do novo mercado turístico aberto pelo São João, fazendo com que o boi sofra adaptações pelo tempo. “As mudanças não foram propositalis, mas acabaram se encaixando”,

avalia o boieiro Inaldo Ferreira. Um dos pontos destacados por ele é o fato de todos poderem tocar matraca durante ensaios e apresentações – atividade antes restrita a integrantes dos grupos.

“A transformação se dá devido à necessidade de cada situação. No ensaio redondo (final), por exemplo, reunimos mais de 10 mil pessoas. Tinha gente de Imperatriz, Fortaleza, Belém e Rio de Janeiro. Muitos vieram falar com a gente dizendo o quanto estavam encantados com a riqueza cultural do Maranhão. Eles sentem isso quando participam da brincadeira”, garante o presidente, afirmando que uma revista paulista voltada para o turismo acompanha e repercute a festa de batismo há três anos.

Atualmente, o Boi da Maioba reúne 130 brincantes no cordão. Segundo José Inaldo Ferreira, o número de matraqueiros é “incalculável”. Boa parte do recurso investido na brincadeira é arrecadada em festas organizadas pelo próprio grupo.

NA TRILHA

O mercado fonográfico maranhense também é aquecido durante o período. O compositor Rogéryo Du Maranhão, dono do Estúdio Via Brasil, instalado no Centro de São Luís, se mostra bem satisfeito com o período. “Nos últimos meses, gravamos oito CDs só de grupos de bumba-meu-boi. O último foi o de São Simão. Podemos considerar o resultado muito bom”, sentencia ele.

E não é para menos. Segundo ele, a produção do CD custa, em média, R\$ 6 mil, o que é visto como um bom rendimento para o período que antecede o São João. “Como os grupos trazem seus músicos, o produto final fica mais barato. Assim, com esse valor, é possível levar para os arraiais um total de mil cópias do trabalho”, relata ele, que cumpre todas as etapas da confecção do produto, da gravação à prensagem. “Só não fazemos a capa”, esclarece.

Também artista reconhecido no estado, Rogéryo Du Maranhão contabiliza dividendos com alguns shows feitos durante o período. Ele confirmou quatro apresentações, sendo três pagas pelo Estado e uma pela Prefeitura. “É um espaço bom, mas acredito que falta conscientização aos dirigentes, pois os artistas são nivelados e recebem valores iguais, quando deveria ser feita uma triagem”, declara.

Quem também reclama e discorda de alguns pontos na condução do São João é o presidente do São Luís Convention Visitor Bureau, Nan Sousa. Ele não se mostra muito

entusiasmado com os resultados da festa nos últimos dois anos. “Até o ano retrasado, o turismo era maior. Algumas ocorrências, como a crise mundial e a falta de divulgação, acabaram afastando os visitantes”, diz.

A Secretaria de Estado da Cultura, com projeto de publicidade voltado apenas para divulgação em revistas, defende-se afirmando que não há recursos para realizar um trabalho mais abrangente. “Recebemos o Estado há pouco mais de dois meses (Roseana Sarney assumiu o governo em março, após a cassação de Jackson Lago), o que impossibilitou uma ação mais arrojada. Mas, vamos buscar fazer o melhor que pudermos”, declarou o secretário Tadeu Palácio.

Na visão de Nan Sousa, a festa junina do Maranhão poderia ganhar ares de grandiosidade se fosse alvo de maciças campanhas de divulgação na mídia nacional. “Salvador, que não tem tradição junina, está com divulgação no país. E pode apostar que vai atrair mais turista do que São Luís, apesar de esta possuir um São João melhor”, enfatizou.

“Precisamos divulgar nossos produtos culturais de forma mais contundente. Mídia esporádica não faz efeito. Tanto que empresas como a Coca-Cola, que já é consolidada, continua investindo milhões em propaganda todos os anos”, afirmou Sousa, ressaltando que o forte hoje no Maranhão é o turismo de negócio, cuja alta temporada é de agosto a dezembro, bem distante do rufar dos tambores do período junino. ■



MEMÓRIA

Por Luís Fernando Baima

1950 *RACHID MALUF & CIA*



Fundada em 1911, a importadora e exportadora Rachid Maluf & Cia, dos irmãos libaneses Dib, Alim, Rachid e Ajeje, atuava na praça de Rosário como grande compradora de babaçu na região. Paralelamente, mantinha um armazém de atacado e varejo, no ramo de secos e molhados, para atendimento do comércio local e prática de escambo com as quebradeiras de coco, um regime de negociação comumente usado na época e com exemplos que perduram até os dias atuais.

DO MARANHÃO PARA A SUA MESA

**Ao comprar um produto da Agroindustrial BB Mendes
você terá a certeza que foi inteiramente produzido por
maranhenses.**

Após uma extensa pesquisa do mercado e da cadeia de produção de arroz, o Grupo BB Mendes lança a Agroindustrial BB Mendes, responsável por levar ao consumidor maranhense um produto genuinamente produzido no Maranhão.

Isso beneficia as lavouras do estado, incluindo toda a cadeia de processo local, garantindo à você um produto da mais alta qualidade e valor nutritivo.

É o Grupo BB Mendes investindo no que o Maranhão tem de melhor: o seu povo e a sua terra.



Caminho do Tabuleirão, S/Nº
Piçarra - Itapecurú-Mirim/MA • CEP: 65485-000
Fone: (98) 3463.1296/1422 • Fax: 3463.1461
grupobbmendes@grupobbmendes.com.br
www.grupobbmendes.com.br

Arroz Bom Maranhense Parboilizado
Arroz Bom Maranhense Polido

O MARANHÃO É UM BOM NEGÓCIO



A FIEMA concluiu a nova versão do Plano Estratégico de Desenvolvimento Industrial. Em parceria com os diversos setores da economia e da vida social de nosso estado, o Plano conta com novas ferramentas que irão ajudar a construir o Maranhão de amanhã. O Plano é nosso, é seu, é de todos que sonham com o desenvolvimento do estado. Com o bem-estar de nosso povo. Com a preservação do meio ambiente. Com a responsabilidade social. Com o Maranhão. Com os maranhenses. Um bom Plano a ser comemorado.